

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE VISEU**, (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 389.239.506,82 euros e um total de património líquido de 352.546.680,00 euros, incluindo um resultado líquido de 556.234,15 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1. a 3. na secção "Bases para opinião com reservas" e exceto quanto aos efeitos da matéria descrita no ponto 4. na secção "Bases para opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE VISEU** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Não nos foi possível estabelecer uma correspondência integral entre os imóveis contabilizados e os imóveis que constam do cadastro da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Conservatória do Registo Predial, uma vez que o processo de análise e inventariação dos bens móveis e dos bens imóveis (do domínio público e privado) do Município não se encontra concluído. Assim, não nos foi possível quantificar o impacto que a sua conclusão poderá provocar nas demonstrações financeiras consolidadas do Município.

Adicionalmente, e tal como divulgado no ponto 0 al. a) e b) do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, no âmbito da implementação do SNC-AP o Município atualizou a vida útil dos edifícios

e outras construções, nas condições previstas pelo classificador complementar (CC), tendo esta alteração originado um acréscimo nas depreciações acumuladas no montante de cerca de 14,8 milhões de euros por contrapartida da rubrica de resultados transitados. Todavia, dado que ainda não foi possível aos serviços de apoio informático ao programa de cadastro (AIRC), a disponibilização do mapa do cadastro, com correspondência com os registos contabilísticos do Município, que nos permita validar integralmente quer as taxas utilizadas no cálculo das depreciações do período, quer o método utilizado no recálculo das depreciações acumuladas nos termos das orientações emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística em fevereiro de 2021, não nos é possível pronunciar sobre o valor líquido dos ativos fixos tangíveis de 309 milhões de euros, das Propriedades de investimento no montante de 12 milhões de euros e das depreciações do exercício no exercício no montante de 15 milhões de euros. Consequentemente, também não nos foi possível validar as taxas utilizadas no cálculo das transferências para rendimentos do período e no recálculo dos rendimentos acumulados relacionadas com as transferências e subsídios de capital.

2. Ainda nos termos da transição para o novo normativo, e no âmbito da NCP 4, dado que o Município não obteve a informação da concessionária EDP com a valorização dos ativos afetos à concessão e que possivelmente reverterão para o Município no final da mesma, não nos é possível aferir em que medida os ativos fixos tangíveis e os diferimentos (passivo) se encontram subavaliados.

3. A entidade VISEUPOLIS encontra-se em processo de liquidação, tendo sido derogado o princípio da continuidade. Uma vez que as demonstrações financeiras desta Entidade não foram preparadas numa ótica de liquidação e que o processo de partilha ainda não se encontra concluído, não nos é possível determinar em que medida as demonstrações financeiras consolidadas do Município poderão vir a ser afetadas.

4. Tal como descrito no ponto 8.2 a) e e), o Município adota o modelo do custo relativamente às Propriedades de investimento, cujo valor de balanço atingiu cerca de 12 milhões de euros e não procedeu, para efeitos de determinação e divulgação do justo valor, à avaliação das mesmas conforme preconizado pela NCP 8.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido no ponto 0 – Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória, do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, foi utilizado pela primeira vez em 2020 o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, publicado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro. Conforme se encontra previsto no manual de implementação, o Município optou por não reexpressar integralmente os comparativos, estando assim prejudicada a comparabilidade com o exercício de 2019.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1. a 3. e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no parágrafo 4. da seção "Bases para opinião com reservas" do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 18 de junho de 2021



MGI & Associados, SROC, Lda.

Representada por:

Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira